



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ELISANE DE PAULA FEITOSA DE MELO

**SOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA:
UM ESTUDO DE CASO NO CARIRI PARAIBANO.**

**SUMÉ - PB
2018**

ELISANE DE PAULA FEITOSA DE MELO

**SOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA:**

UM ESTUDO DE CASO NO CARIRI PARAIBANO.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado(a) em Ciências Sociais.

Orientador(a): Professora Mestra Carolina Figueiredo de Sá.

**SUMÉ - PB
2018**

M528s Melo, Elisane de Paula Feitosa de.
Socialização de crianças com necessidades educacionais na escola: um estudo de caso no Cariri Paraibano. / Elisane de Paula Feitosa de Melo. - Sumé - PB: [s.n], 2018.

63 f.

Orientador: Professora Mestra Carolina Figueiredo de Sá.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Educação Especial. 2. Crianças com necessidades educacionais especiais. 3. Escola e inclusão. Socialização de crianças especiais I. Título.

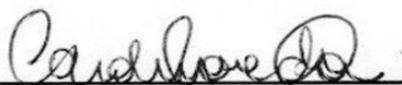
CDU: 376(043.1)

ELISANE DE PAULA FEITOSA DE MELO

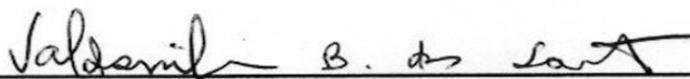
**SOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA:
UM ESTUDO DE CASO NO CARIRI PARAIBANO.**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais do
Centro de Desenvolvimento
Sustentável do Semiárido da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciado(a)
em Ciências Sociais

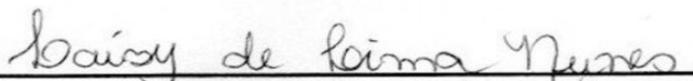
BANCA EXAMINADORA:



**Professora Mestra Carolina Figueiredo de Sá.
Orientadora – UAEDUC/CDSA/UFCG**



**Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.
Examinador I – UACIS/CDSA/UFCG**



**Professora Dr^a Láisy de Lima Nunes.
Examinador II – UAEDUC/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 17 de dezembro de 2018.

Dedico este trabalho aos meus pais, Elisaldo Freire de Melo (in memoriam) e Maria de Lourdes Gomes Feitosa, à eles toda minha gratidão. Ao meu esposo Francisco por todo carinho e incentivo, e às minhas filhas Lívia e Júlia que são a razão da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao meu Deus, que me permitiu passar por cada etapa desta trajetória árdua, ao meu esposo Francisco, companheiro de todas as horas, por sempre me dar força e ser meu braço direito, o mérito também é seu. Às minhas filhas Lívia e Júlia, por entenderem tantos momentos de ausência, a mamãe aqui morre de orgulho dessas princesas, obrigada!

Agradeço a minha mamãe Lourdinha por nunca desistir de mim, dedico a você essa conquista, és minha referência como mulher, mãe e pai, sim ela desempenhou esses dois papéis com maestria. Agradeço às minhas irmãs lindas, Elisângela, Elisalda e Elaine minhas companheiras que sempre me incentivaram, eu amo vocês.

Toda a minha gratidão também a minha vovó Helena, que por muito tempo cuidou de mim. Nossa! Como eu sou abençoada. Não posso deixar de agradecer aos amigos que fiz durante a graduação Tamires, Joseana, Jucy, Rosa, Edmilson e Gustavo, que vou levar essa parceria pra a vida toda, assim como todos da turma 2014.1.

Agradeço aos profissionais da Escola UMEIF Zélia Braz que me acolheram e que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. Obrigado aos grandes professores que tive a honra de conhecer e aprender muito com eles durante toda a graduação.

Minha eterna gratidão a minha querida professora e orientadora Carolina Sá, você é uma excelente profissional e mais que isso, um ser humano incrível! Parabéns!

E por fim eu creio que o melhor de **Deus** ainda está por vir.

RESUMO

Analisa as estratégias de socialização de crianças com Necessidades Educacionais Especializadas desenvolvidas pelos profissionais da Escola Municipal Prof^a Zélia Braz no município de Sumé - PB, analisando as concepções de inclusão e as práticas educativas desenvolvidas pelos profissionais que acompanham de perto a Socialização de Crianças com NEE. (professor da sala regular, professor especialista da sala do Atendimento Educacional Especializado e o cuidador. A finalidade deste trabalho é a de contribuir com a produção de conhecimentos sobre o papel mediador dos diferentes sujeitos educativos presentes na escola. Esta pesquisa é de cunho qualitativo e foi aplicado questionários e entrevistas. Nesta pesquisa os resultados nos mostram que as concepções dos profissionais sobre a inclusão é humanística e estão relacionadas com as relações sociais, que as práticas da professora regular para a socialização do aluno com NEE é potencializada através das atividades propostas em grupo e limitadas nas atividades individuais, aponta também a importância do cuidador no processo de inclusão das crianças e que as estratégias da professora especialista são os atendimentos que trabalham as especificidades do aluno com NEE.

Palavras-chave: Inclusão. Socialização. Escola.

ABSTRACT

This work analyzes the strategies of socialization of children with SEN developed by School professionals Municipal Prof^a Zélia Braz in the municipality of Sumé, Pb, analyzing the conceptions of inclusion and educational practices developed by the professionals who follow closely the socialization of children with SEN. (regular room teacher, professor of Educational Service room specialist expertise and the caregiver. The purpose of this work is to contribute to the production of knowledge on the role of the different educational subjects mediator present at school. This research is of a qualitative nature and for the obtaining of data was carried out observations, questionnaires and interviews. In this research the results show us that the conceptions of professionals about the inclusion is humanistic and are related to social relations, that the practices of the regular teacher for the socialization of the NEE pupil is increased through the proposed activities in Group and individual activities, limited points the importance of caregivers in the process of inclusion of children and teacher strategies expert are working calls the specifics of the student with NEE.

Key Words: Inclusion. Socialisation. School.

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1** - Alunos realizando atividade coletiva na sala regular..... 38
- Imagem 2** - Imagem onde o aluno com NEE participa de um jogo pedagógico com uma colega..... 39
- Imagem 3** - Imagem da professora (B) com os alunos na quadra durante a educação física..... 39
- Imagem 4** - Aluno com NEE, recebendo atendimento na sala do AEE..... 41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Caracterização dos profissionais participantes desta pesquisa	31
Quadro 2 -	Caracterização do aluno com NEE em estudo na escola.....	32
Quadro 3 -	Quadro geral dos espaços escolares de socialização.....	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

NE - Necessidade Especial

NEE - Necessidade Educacional Especializada

PB – Estado da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1	A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NEE NA ESCOLA REGULAR.....	15
3	A SOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM NEE NA ESCOLA A PARTIR DE ALGUNS ESTUDOS.....	22
4	METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	26
4.1	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	29
4.2	CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	29
4.3	CARACTERIZAÇÕES DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	30
5	ANÁLISE DOS DADOS.....	33
5.1	PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS SOBRE A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NEE.....	33
5.2	PRÁTICAS DAS PROFISSIONAIS PARA A SOCIALIZAÇÃO DE ALUNO COM NEE NA ESCOLA.....	37
5.2.1	Professora (A).....	37
5.2.2	Professora (B).....	38
5.2.3	Professora do AEE.....	41
5.2.4	Cuidadora.....	42
5.3	ROTINA DO ALUNO NA ESCOLA E O AEE.....	43
5.3.1	Espaços e movimentos de socialização do aluno com NEE na escola.....	44
5.3.1.1	<i>Sala de Aula.....</i>	46
5.3.1.2	<i>Educação Física (Quadra).....</i>	47
5.3.1.3	<i>Recreação (Quadra).....</i>	47
5.3.1.4	<i>Merenda.....</i>	48
5.3.1.5	<i>Sala do AEE.....</i>	48
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
	REFERÊNCIAS.....	54
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	57
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO INICIAL – GESTÃO ESCOLAR.....	61
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	62

1 INTRODUÇÃO

Desde a idade média, as pessoas com deficiências, ou que apresentassem algum tipo de necessidades especiais (NE) eram marginalizadas e excluídas da sociedade. Nas últimas décadas, paulatinamente, esse quadro vem mudando através de movimentos sociais que buscam a igualdade para todos e, com isso, aos poucos os alunos com deficiências foram integrados no sistema regular de ensino, em defesa do respeito à diversidade e às diferenças, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Uma das questões mais relevantes dentro da perspectiva inclusiva é a inclusão escolar. A partir da inclusão escolar “todos” têm os mesmos direitos estabelecidos por lei, de freqüentarem as mesmas escolas, independentemente de suas limitações físicas ou cognitivas e promover sempre o respeito às diferenças.

Quando a questão é a educação voltada para pessoas com NE, percebe-se que esta passou por um longo processo de transformações e fases evolutivas, desde a exclusão explícita, a segregação social e atualmente a inclusão, onde, formalmente, o direito das pessoas com necessidades educacionais especiais foram legitimados e assegurados por lei.

A educação inclusiva é estabelecida como uma política pública a nível municipal, estadual e nacional, com o objetivo de garantir a igualdade e o direito de todos. No Brasil, a educação inclusiva tomou impulso com a assinatura da Convenção das Organizações das Nações Unidas(ONU),em 2008. A partir desse momento, a educação dos portadores de necessidades educacionais especiais ficou sobre a responsabilidade da escola regular.

Neste período, houve uma grande polêmica na qual algumas instituições educacionais e representantes de familiares de pessoas com deficiência não concordaram com a política de inclusão escolar tal como vinha sendo implantada, justificando que os alunos com NEE precisavam de um atendimento especial, diferenciado e que o sistema de ensino regular não teria a capacidade de substituir o sistema especial. Apesar das críticas, a política pública de inclusão foi estabelecida no âmbito escolar, possibilitando a inserção e a permanência desses alunos na escola regular embora, muitas vezes, sem as devidas condições necessárias para assegurar a qualidade de ensino á esses estudantes.

Um marco relevante para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais nas escolas regulares foi a Declaração de Salamanca, ocorrida em 1994, que estabelece práticas para um ensino inclusivo amplo, no qual todos os membros das escolas possam participar efetivamente do processo de inclusão, realizando práticas pedagógicas e metodologias que favoreçam a socialização e a aprendizagem entre todos, respeitando a particularidade dos sujeitos.

As escolas inclusivas partem do princípio que todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de toda e qualquer dificuldade que possam ter. (Declaração de SALAMANCA, 1994).

A inclusão das pessoas com necessidades especiais na escola regular busca o avanço do sistema educacional, no intuito de oferecer uma escola de qualidade para todos, sem distinção, respeitando a diversidade, estimulando os alunos a aprenderem com as diferenças, visando a democracia e a prática da cidadania.

Para assegurar o processo de efetiva inclusão na escola, no entanto, algumas condições básicas são necessárias de serem implementadas nas redes e instituições, tais como: o acompanhamento das pessoas com NEE por profissionais qualificados para o trabalho psicopedagógico específico na escola, de acordo com as necessidades educacionais das crianças e jovens; a formação continuada dos profissionais já inseridos nas redes de ensino; a construção/organização de espaços físicos adequados ao trabalho com pessoas com deficiência; a inserção, desde os Projetos Políticos Pedagógicos às práticas educativas, de relações de sociabilidade que promovam o respeito mútuo, a solidariedade e o desenvolvimento sócio educacional e cultural das crianças e jovens com NEE incluídos na escola, dentre outras.

Tendo em vista que os objetivos da inclusão escolar das pessoas com NEE na escola não se restringem ao aspecto cognitivo e à aprendizagem estritamente de conteúdos escolares, mas também, de modo bastante relevante, à socialização e à ampliação de laços sociais e culturais destas pessoas - assim como daquelas consideradas "sem NEE", destaca-se a importância dos profissionais envolvidos direta e indiretamente com o processo de inclusão no âmbito escolar, para que tal processo de socialização ocorra efetiva e positivamente para todos os sujeitos.

A partir de busca realizada no Portal de Periódicos da CAPES, realizamos levantamento de estudos com os descritores Necessidades Educacionais Especiais e Socialização, identificando um total de 34 trabalhos. Selecionando-os com base

nos resumos dos mesmos, destacamos aqueles que mais se aproximaram de nosso objeto de estudos, para ampliar nosso conhecimento do tema e das pesquisas já realizadas sobre o mesmo.

De modo geral, dos 34 trabalhos identificados na primeira busca, vimos que poucos (apenas 4) tratam de modo mais detido sobre as práticas de socialização de crianças com NEE desenvolvidas pelos diferentes profissionais envolvidos no processo de inclusão escolar, tais como os docentes regentes da classe regular, os especialistas das salas de AEE e os cuidadores que devem acompanhar as crianças durante todo o período escolar. Especialmente, o enfoque sociológico foi pouco identificado por nós no levantamento realizado, o que enfatiza a necessidade de mais estudos no campo das ciências sociais acerca da efetivação (ou não) dos processos de inclusão escolar.

Diante desse cenário da educação inclusiva e do conjunto complexo de condições para sua implantação na escola, nos perguntamos: como tem se dado o processo de socialização das pessoas com NEE na escola, no Cariri paraibano? qual o papel dos diversos sujeitos educativos que medeiam o processo de socialização dos alunos com NEE na escola?

A partir destes questionamentos de pesquisa e da relevância social e educacional em investigar, empiricamente, como tem se dado o processo de socialização de crianças com NEE na escola pública do Cariri/PB, delineamos nossos objetivos, apresentados a seguir.

Como objetivo geral, buscamos analisar as práticas de socialização de crianças com NEE desenvolvidas por profissionais (professora regular, especialista e cuidadora) da Escola Municipal Professora Zélia Braz, Sumé/PB.

Especificamente, pretendemos:

- a) Identificar as concepções de inclusão dos profissionais envolvidos no acompanhamento de crianças com NEE;
- b) Analisar as práticas do professor regente da classe regular para a inclusão das crianças com NEE nas atividades de classe;
- c) Analisar o papel do cuidador na socialização das crianças com NEE;
- d) Identificar as práticas de socialização desenvolvidas pela profissional especializada no AEE.

Destacamos a importância de desenvolver este trabalho, com a finalidade de contribuir com a produção de conhecimentos sobre o papel mediador dos diferentes

sujeitos educativos (professores, especialistas e profissionais de apoio pedagógico/cuidadores) na socialização das crianças com NEE na escola. Pretende-se contribuir com as reflexões e, ainda que indiretamente, com as práticas de socialização das crianças com NEE inseridas em escolas do Cariri paraibano. Além disto, é importante que seja do conhecimento da população a realidade de uma escola que tem o papel de incluir e dar suportes para a permanência e desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, no município de Sumé/Paraíba.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NEE NA ESCOLA REGULAR

A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) na escola regular é um dos temas fortemente discutidos atualmente na educação, pois traz o grande desafio de transformar a escola tradicional em uma escola inclusiva. Essa proposta tomou corpo e se destacou na década de 1990, através das conferências internacionais entre vários países, inclusive o Brasil, com a finalidade de garantir uma escola de qualidade para todos.

Atualmente, a inclusão dos alunos com NEE na escola é discutida como política pública por estudiosos como Santos (1999), Sasaki (1999), Xavier (2002), Mantoan (2005) e foi estabelecida por leis como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), pela Constituição Federal (CF, 1988) e por um dos principais documentos internacionais que visam a inclusão, a Declaração de SALAMANCA (1994), os quais foram utilizados como bases teóricas neste trabalho, no qual trazemos suas discussões, princípios e teorias sobre o tema.

A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular é uma proposta que tem como premissa garantir que todos os alunos deficientes ou tidos como “normais”, possam ter, igualmente, acesso à escola e direito a uma educação de qualidade, independentemente de suas limitações e/ou potencialidades específicas, buscando promover a relevância do respeito às diferenças no processo educacional.

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí, a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, aliante ou reproduza desigualdades (SANTOS, 1999, p.56)

A escola inclusiva busca o fim da exclusão das pessoas que possuem dificuldades de adaptação, aprendizagem, deficiências intelectual, sensorial ou motora, na tentativa de acabar com um sistema escolar tradicional e homogêneo, o qual reproduzia a segregação e o isolamento das pessoas com necessidades educacionais especiais. Antes, os alunos tidos como “especiais” eram obrigados a se adequar às escolas, gerando a segregação e a exclusão.

Na perspectiva da inclusão, a escola é que deve se adequar e estar preparada para receber todos os alunos, com a responsabilidade de garantir a aprendizagem, a permanência e a sociabilidade de todos os alunos na escola. A escola inclusiva requer muitas mudanças e reformas no sistema escolar. As escolas, os professores e todos os profissionais precisam estar preparados para receber e lidar com as diferenças, procurando incluir os alunos com NEE em suas práticas do cotidiano, trazendo alternativas e possibilidades para facilitar o ensino e a aprendizagem dos alunos. Assim define Mantoan (2005):

A Inclusão é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência, física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com outro. (MANTOAN, 2005, p. 96).

O professor, na escola, ainda é o principal mediador entre o conhecimento e os alunos, por isso a importância de políticas de formação docente continuada, para que o corpo docente possa sempre estar se aprimorando para receber alunos plurais, e estar bem preparado para os novos desafios que surgem no cotidiano da escola, superando práticas pedagógicas tradicionais excludentes, o que constitui um dos aspectos importantes para que haja, de fato, a inclusão do aluno com NEE na escola. Neste sentido, Xavier (2002) afirma que

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde a necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania (XAVIER, 2002, p. 19).

No entanto, sabemos que não basta a preparação individual ou mesmo coletiva de professores, mas que é necessário um conjunto de fatores e forte investimento social e educacional para que tal transformação inclusiva ocorra na prática escolar. Diante da realidade sócio-educacional brasileira esta não é uma tarefa fácil. As pesquisas mostram que temos uma educação de baixa qualidade, os professores tem uma carga-horária excessiva e, diante dessa situação, como

planejar práticas pedagógicas individualizadas e diferenciadas para serem executadas em sala, como demanda a escola inclusiva?

Quanto ao aspecto formal/legal, para assegurar os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular foram estabelecidas algumas leis. No Brasil, em cinco de outubro de 1988 a garantia do respeito à diversidade foi estabelecida na carta da Constituição Federal que diz:

Art.208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a este não tiveram acesso na idade própria;

II- progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

VII- atendimento ao educando, no ensino fundamental.

(BRASIL, 1988, grifo nosso).

Assim, a Constituição Federal postula que o atendimento especializado deveria ocorrer, preferencialmente, nas redes de ensino regulares, o que não significa que o mesmo deveria deixar de existir, como ocorre em muitos casos, nos quais a inserção do aluno com NEE na escola não assegura o atendimento especializado necessário ao seu desenvolvimento pleno.

A CF define, ainda, os princípios fundamentais da república que assegurassem "a dignidade à pessoa humana e a cidadania", como posto no seu Art. 1º, Incisos II e III, e, como um dos seus objetivos fundamentais, "a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação", como postulado no Art. 3º, inciso IV. Ela menciona, ainda, o direito à igualdade (Art. 5º) e trata, no art. 205 e seguintes, do direito de todos à educação, que deveria visar ao "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Outro importante documento, neste caso de abrangência internacional, é a Declaração de Salamanca, de 1994, que visa a inclusão social das pessoas com deficiência, o qual demanda que o Estado assegure a inclusão dos portadores de deficiência no sistema educacional.

reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e

reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Estabelece, assim, que o princípio fundamental da escola inclusiva é o da interação social em que todas as crianças aprendem juntas, independente das dificuldades e diferenças que apresentem. Textualmente, a Declaração afirma que

As escolas inclusivas partem do princípio que todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de toda e qualquer dificuldade que possam ter. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.5)

A Declaração de Salamanca foi resultado de uma conferência mundial de educação especial, que buscou a melhoria de acesso para os alunos com necessidades especiais e compromisso com a educação para todos. A partir dessa conferência, muitos países buscaram adotar políticas públicas para incluir os portadores de necessidades educacionais especiais na escola, inclusive o Brasil.

Segundo este documento, para que haja uma educação de qualidade para todos, as organizações e o governos deveriam se dispor e aplicar alguns princípios, tais como os de que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem.
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades.
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1) grifos nossos).

O objetivo explícito de melhoria da "eficiência" e do "custo da eficácia" do sistema educacional que adotasse o modelo inclusivo corrobora com o postulado por organismos internacionais, que condicionam o financiamento da educação à adoção de políticas educacionais de "racionalização" dos "gastos" em diferentes países. Em

termos econômicos, o "aprimoramento" da eficiência e da eficácia implicam em formar mais pessoas com o menor custo, o que pode acarretar em uma pseudo-inclusão ou uma "perpetuação da segregação" (BATISTA; MANTOAN, 2007, p.27). A denúncia é a de que, sem os devidos investimentos governamentais no processo de inclusão das pessoas com NEE na escola, o mesmo tem se convertido, muitas vezes, em mascaramento da exclusão social e mesmo em ampliação das desigualdades educacionais das pessoas com deficiência em nossa sociedade.

Os demais princípios destacados por nós, expressam que um dos fatores de grande importância da educação inclusiva é a socialização, na qual os educandos com necessidades especiais são inseridos, juntamente com os demais alunos num mesmo espaço, com os mesmos direitos, visando a aprendizagem a partir das interações. Mas, vale salientar que não é apenas a socialização que de fato garante a inclusão na escola. Além de socializar e interagir com os outros, os alunos com NEE precisam realizar atividades que desenvolvam suas habilidades, cognitivas e intelectuais. Assim, a construção da "comunidade acolhedora" não pode vir separada da efetivação do direito à "oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem". Como também ressaltam Batista e Mantoan (2007):

É importante salientar que a 'socialização, justificada como único objetivo da entrada desses alunos [com deficiência] na escola comum, especialmente para os casos mais graves, não permite essa complementação [educacional] e muito menos significa que está havendo inclusão escolar. A verdadeira socialização, em todos os seus níveis, exige construções cognitivas e compreensão da relação com o outro. O que tem acontecido em nome dessa suposta socialização, é uma espécie de tolerância da presença do aluno em sala de aula e o que decorre dessa situação é a perpetuação da segregação, mesmo que o aluno esteja freqüentando um ambiente escolar comum. (BATISTA; MANTOAN, 2007, p. 27).

Percebe-se, assim, que há casos em que a "inclusão" se resume apenas em inserir o aluno na escola, e a proposta da inclusão dos alunos com NEE, é muito mais que isso, visa uma educação de qualidade para todos, sem exceção. Porém, lamentavelmente, muitas vezes o que acontece é uma segregação disfarçada de inclusão.

As diferenças poderiam enriquecer e beneficiar uma aprendizagem mútua, onde haveriam trocas de experiências enriquecedoras para o ensino, contribuindo para a formação da sociedade e da Cidadania. De acordo com SASSAKI (1999):

A educação inclusiva tem como objetivo a construção de uma sociedade para todos, e, assim, sua prática repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação (SASSAKI, 1999, p. 42).

De acordo com o Plano Nacional de Educação – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, capítulo V da Educação Especial, artigo 58, define Educação Especial como “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Com as novas mudanças no sistema educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, deu direito aos portadores de necessidades educacionais especiais de estarem presentes, ocupando o mesmo espaço que os demais educandos, com direito a serem matriculados nas escolas regulares, a terem o atendimento educacional especializado (AEE), sobre a responsabilidade do Estado. Segundo a LDB, o aluno com NEE, terá o atendimento especializado diferenciado da sala regular para trabalhar as necessidades específicas de cada aluno e complementar a aprendizagem. Por sua vez, a Educação Especial está definida na educação básica como:

Educação Especial: Modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos ou serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001a, p. 39).

Na modalidade da Educação Especial, os educandos com NEE têm direito ao atendimento educacional especializado realizado em salas multifuncionais, podendo ser suplementar ou, em alguns casos, substitutiva da rede regular de ensino. Nas escolas regulares, o atendimento às pessoas com NEE deve se dar por profissionais

especializados em AEE, em horários alternados da aula regular para complementar e atender as especificidades de cada aluno.

Segundo o texto da Política de Educação Especial, a perspectiva Inclusiva estabelece que “O AEE é preferencialmente realizado no período inverso ao da classe comum freqüentada pelo aluno e na própria escola desse aluno” (SEESP/MEC; 01/2008). E este atendimento não deve ser comparado com "aula de reforço", pois tem a função de desenvolver as habilidades específicas de cada aluno, em função de sua NEE, o que difere das aulas, práticas e conteúdos que são ministrados na sala de aula regular.

Na prática, no entanto, tais condições e objetivos não são, muitas vezes, assegurados pela política educacional. O desafio do presente trabalho, de investigar as práticas escolares de socialização de crianças com NEE pelos profissionais envolvidos no processo de inclusão revela-se, assim, de extrema relevância para a identificação e superação da exclusão social e escolar das pessoas com deficiência. Além das discussões teóricas de vários autores para embasar nosso estudo, buscamos pesquisas que se relacionam com o nosso tema para podermos dialogar com outros trabalhos, o que veremos a seguir.

3 A SOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM NEE NA ESCOLA A PARTIR DE ALGUNS ESTUDOS.

Neste tópico, trataremos dos estudos que mais se aproximaram de nosso objeto, identificados a partir de levantamento realizado no Portal de Periódicos da CAPES.

A pesquisa de Lopes e Marquesine (15-08-2012), intitulada "Sala de Recursos no Processo de Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual na Percepção dos Professores", foi realizada no ano de 2012 em uma escola de ensino Fundamental no norte do Paraná, com o objetivo de analisar as percepções dos professores sobre a importância da sala do AEE no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular. Para isso, foram realizadas entrevistas com quatro profissionais da educação em uma escola municipal do Paraná e a metodologia utilizada foi a qualitativa.

Os resultados desta pesquisa demonstraram que a escola e a sala multifuncional atendiam as necessidades dos alunos com deficiência intelectual, onde foi constatado que os alunos participavam das atividades desenvolvidas na sala regular e na sala de atendimento especializado, e os profissionais, ao receberem informações e serviços de apoio sobre a inclusão, passaram a relacionar e realizar no cotidiano da escola possibilidades específicas para atender as diferentes dificuldades de aprendizagem. Mas, na percepção dos professores, o trabalho pedagógico da sala de recursos só faz sentido se o professor da sala regular der continuidade e chegam a conclusão de que a sala de recursos da escola onde a pesquisa foi desenvolvida está tentando cumprir o seu papel no processo inclusivo, considerando que a natureza pedagógica à ela atribuída é a de complementar o atendimento educacional realizado em classes regulares.

A pesquisa de Vitta e outros pesquisadores (04-11-2010), que tem como título "A Percepção de Professores de Educação Infantil Sobre a Inclusão da Criança com Deficiência", foi realizada no ano de 2010 na cidade de Bauru, e tem como objetivo analisar a percepção de professores de educação infantil, quanto à prática educativa atual, que diferem em relação à presença de alunos com deficiências em seus ambientes de trabalho, sobre a educação da criança deficiente na faixa etária de três a seis anos. Para isso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com quatro

professores de educação infantil de escolas especiais, quatro professores que têm em suas salas de aula regular crianças deficientes incluídas e quatro professores de sala de aula regular de educação infantil que não têm crianças deficientes incluídas. A metodologia utilizada foi a qualitativa.

Os resultados desta pesquisa mostram que no discurso dos professores entrevistados a maior relevância da inclusão dos alunos com NEE na sala regular está relacionada com as habilidades sociais. Em relação à aprendizagem, relatam que os alunos que tem deficiência mental são os mais prejudicados, e que os deficientes físicos são os mais beneficiados e os que melhores se adaptam na escola regular. Afirmam que nem todas as crianças deficientes são passíveis de serem incluídas na escola regular. Quanto às práticas, discorrem que há uma fragmentação, priorizando os objetivos da socialização, que são distintos daqueles considerados educacionais.

Concluem que para que mude esse quadro é necessário que haja uma reorganização do espaço físico, dos recursos materiais e o mais importante a realização de uma formação profissional adequada que contemplem conteúdos e técnicas de ensino que facilitem o processo de ensino aprendizagem dos alunos com NEE nas escolas.

A pesquisa de Souza e outros (07-2012) intitulada "A inclusão escolar no município de Paranaíba (MS): reflexões sobre a Atuação profissional do monitor de alunos com deficiência", foi realizada no ano de 2010 em três escolas da rede municipal de ensino e seu objetivo é refletir como tem se caracterizado a prática desses profissionais no sistema municipal de ensino de Paranaíba (MS). Para tal fim, foram aplicados questionários abertos e participaram da pesquisa cinco monitores atuantes nestas escolas.

Os resultados desta pesquisa mostram que, apesar dos monitores possuírem alguma formação pedagógica, mesmo sem intenção acabam corroborando para perpetuar algumas situações de "exclusão inclusão" nas escolas municipais de Paranaíba. Isso ocorre no momento que se percebe a existência de atividades extra-classe para alunos com deficiência, no período das aulas regulares, ou quando alguns monitores dão relevância apenas na socialização, esquecendo a importância da aprendizagem que funciona como força ativadora para o desenvolvimento cognitivo desses alunos (VIGOTSKI, 2008).

Por outro lado, fica explicitado que a relação do monitor com o corpo docente e a coordenação pedagógica ainda não é a ideal, porque há pouco envolvimento destes últimos com a práxis do monitor, que, às vezes, procura por conta própria uma maior participação nos assuntos escolares, buscando também maior capacitação para exercer seu trabalho em cursos de formação continuada.

A pesquisa de Salvador (22-12-2006) que tem como título "Processo Educacional Inclusivo: Das Discussões Teóricas à Necessidade da Prática", tem o objetivo de refletir sobre o processo educacional inclusivo. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica de alguns pensadores que investigaram o tema, bem como considerando as percepções dos professores sobre como se apresenta a educação inclusiva na realidade.

Nesta proposta de trabalho foram tomadas de empréstimo depoimentos de docentes da rede pública de ensino de Santa Maria no Rio Grande do Sul, presentes no trabalho "A inclusão de alunos com necessidades educacionais no ensino regular: o que pensam os professores?" de Duek e Naujorks (2006).

Os resultados dos depoimentos dos professores revelam que a Inclusão segundo eles não é uma "proposta", elas são "impostas" por leis e mostram que apenas as leis não dão conta do processo inclusivo, pois é necessário que haja condições pedagógicas e físicas para que o que é proposto nas leis, seja aplicado na realidade.

É destacado pelas autoras a urgência da formação continuada dos professores e algumas professoras revelam em suas percepções que são despreparadas no entendimento do que seja de fato o processo educacional inclusivo, o que vem refletindo na prática, trazendo uma visão reducionista da inclusão. As professoras vêem a realidade da inclusão como ineficaz, porque visa apenas a função da socialização dos alunos que eram excluídos pelo sistema, mas acreditam que não basta apenas que os alunos socializem, mas que atinjam com eficácia desenvolvimentos intelectuais, dentre outras dimensões. Outra percepção relevante das professoras é a contradição entre o que se diz "na teoria" e o que se faz "na prática" no processo educacional inclusivo, afirmando a necessidade de que os discursos inclusivos sejam levados em prática para minimizar os problemas educacionais existentes em âmbito nacional.

No entanto, a grande queixa dessas professoras é a de que o processo inclusivo pensado é jogado nas escolas de cima para baixo, sem que os professores

e alunos tenham possibilidades de preparação para desenvolverem com eficácia esse processo. E concluem que a inclusão não é uma receita mágica que vai funcionar em todas as escolas da mesma maneira, ao contrário, para cada contexto há uma forma de alcançar os objetivos e cabe a cada professor, juntamente com seus alunos, começarem a revolução educacional em sua sala de aula. Segundo as autoras, para que isso aconteça é necessário exigir dos órgãos estatais plenas condições pedagógicas e físicas para que a inclusão seja pensada e praticada de fato desde o individual até o coletivo.

4 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Por se tratar de uma pesquisa exploratória, a abordagem utilizada para alcançar os objetivos desta pesquisa será a metodologia qualitativa, na qual o pesquisador estará observando os sujeitos da pesquisa e suas relações em seu ambiente e tempo real na Escola Municipal Zélia Braz, município de Sumé (PB).

Segundo Carter (1990), a metodologia qualitativa é baseada na idéia de que os indivíduos têm uma visão sensorial subjetiva e situacional do mundo, ao invés de enxergá-lo como uma verdade objetiva. A pesquisa qualitativa permite ao pesquisador um contato direto com os fenômenos investigados e o ambiente em que acontecem.

De acordo com Dias (2000), a pesquisa exploratória, tem como objetivo estimular o pensamento científico do pesquisador, por meio da concepção pode aprofundar o problema, gerar novas idéias, criar hipóteses.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p.21-22).

Para realização deste estudo, a coleta de dados foi iniciada através de uma pesquisa bibliográfica sobre a Inclusão escolar dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, buscando ampliar nossos conhecimentos teóricos e científicos sobre tema, através do estudo das diversas obras clássicas e contemporâneas.

Em seguida, foi utilizado um questionário inicial, como instrumento de coleta de dados, com questões elaboradas em escrito ou reproduzidas oralmente com a finalidade de obter informações relevantes sobre a escola campo de pesquisa.

Nesse sentido, a aplicação de questionários exige uma elaboração e a base para o pesquisador é manter uma mente aberta para as diversas possibilidades de produzir conhecimento (VIEIRA, 2009).

Para Malhota et al (2005), um questionário é um conjunto de perguntas para obter informações do entrevistado e devem conter perguntas fáceis de serem respondidas, que motivem o entrevistado a responder todo ele, se mantendo envolvido, minimizando erros de resposta. Segundo Parasurama (1991) um

questionário é tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto.

No decorrer de nossa pesquisa foram aplicados dois questionários. A princípio foi aplicado um questionário inicial para a gestora da escola em busca de dados gerais para a caracterização do campo de pesquisa, sobre os profissionais e os alunos. Em seguida, foi aplicado um questionário para a professora especialista, a partir do qual se deu a definição dos objetivos específicos da pesquisa, partindo do conhecimento sobre o perfil dos alunos PNEE e da sala do AEE.

Após a aplicação dos questionários, outro procedimento de pesquisa foi a realização de entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos da pesquisa, com questões orientadoras para a flexibilidade do diálogo.

A respeito da entrevista é uma das etapas mais importantes da pesquisa e requer tempo, cuidados, desde o planejamento à escolha do entrevistado que deve ser alguém que tenha familiaridade com o tema pesquisado (LAKATOS apud BONI e QUARESMA, 2005, p.72).

Na entrevista foram formuladas perguntas para obter informações relevantes e necessárias que contribuíssem para o êxito da investigação, onde também foram estabelecidas interações sociais entre o pesquisador e os participantes do estudo. Através das entrevistas pudemos analisar, especialmente, as concepções dos profissionais sobre a inclusão de pessoas portadoras de NEE na escola.

Em seguida, para a análise das práticas de socialização de crianças com NEE desenvolvidas por docentes, observamos durante dez dias as práticas educativas de cada profissional participante da pesquisa. Tais observações ocorreram em função dos espaços pelos quais o aluno com NEE circulava: ora na sala de aula regular, na sala de AEE, no pátio, junto a outros profissionais.

Optamos, para assegurar a viabilidade do trabalho e sua exequibilidade, realizar o acompanhamento da jornada escolar de um aluno com NEE, que possui deficiência física e motora. A observação se deu em diversos momentos: durante a aula regular, a recreação, o atendimento na sala especial, e a educação física dentro dos vários espaços frequentados pelo aluno na escola. Nestes ambientes, o nosso foco era observar quais estratégias eram utilizadas pelos profissionais envolvidos com a criança para promover sua interação e socialização na escola.

A respeito da técnica de observação na pesquisa qualitativa, Marconi e Lakatos (2011) afirmam que

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utilizar os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. (MARCONI; LAKATOS, 2011, p.76)

Durante o período de observações deste estudo na escola, que teve início no dia 14 de maio de 2018, houve a mudança da professora da sala regular para outra escola. Como as observações já estavam em andamento, permanecem nesta pesquisa as informações obtidas durante os três dias observados em sala de aula com a professora na sala regular que saiu.

Desse modo as professoras da sala regular serão identificadas como professora (A) e professora (B). A professora (A) participou desta pesquisa durante três dias de observação, nos dias 14,15 e 16 de maio de 2018. E a professora regular (B) participou nos dias 22 e 23 de maio e nos dias 04, 05, 06,07 e 12 de junho de 2018.

Para o êxito e credibilidade desta pesquisa, todas as informações relevantes obtidas durante as observações deste estudo foram registradas diariamente em um caderno de campo, bem como todas as reflexões que surgem durante o desenvolvimento deste trabalho. De acordo com Minayo (1993), um diário de campo é onde

[...] Constam todas as informações que não sejam o registro das atividades formais, ou seja, observações informais, comportamentos, cerimoniais, festas, instituições, gestos, expressões que diga respeito ao tema. Falas, comportamentos, hábitos, usos, costumes, celebrações e instituições compõem o quadro das representações sociais. (MINAYO, 1993 p. 100)

No diário de campo estão todas as informações registradas que acontecem em tempo real, garantindo para o pesquisador uma grande riqueza de detalhes brutos formais e informais, que posteriormente serão lapidadas e utilizadas na pesquisa.

A pesquisa foi realizada em 2018, na Escola Municipal Professora Zélia Braz, localizada na Rua Manoel Sabiá, s/n no Bairro da Várzea Redonda. SUMÉ-PB. A Escola Municipal Professora Zélia Braz, foi escolhida porque é a primeira escola do município que abre espaço para os PNEE, com atendimento especializado e acompanhamento de profissionais que são estabelecidos por leis na sala regular. Além disso, é a única escola que possui uma sala de Atendimento Educacional Especializado para crianças portadoras de necessidades educacionais especiais.

A amostra desta pesquisa conta com a participação de voluntários, os profissionais que lidam diretamente com as crianças com NEE, (duas professoras da sala regular, a professora especialista do (AEE) e a cuidadora, nos diversos espaços da escola.

4.1 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Para que os profissionais da escola pudessem saber da finalidade desta pesquisa, foram apresentados os termos de consentimento livre e esclarecido, onde eles foram devidamente informados sobre os objetivos da pesquisa e os procedimentos do estudo, e em seguida para confirmarem suas participações, assinaram a declaração de consentimento contida no termo. Foram impressas duas cópias de cada termo, sendo uma cópia entregue para os participantes e a outra para o pesquisador.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola UMEIEF Professora Zélia Braz é uma escola pública municipal, localizada na Rua Manoel Sabiá S/N, no Bairro Várzea Redonda do Município de Sumé Paraíba. Está atualmente sob a direção da gestora escolar Maria Jaina de Farias Dias, possui um quadro de 13 professores, funciona nos turnos manhã e tarde e atende atualmente 259 alunos, dentre eles 4 portadores de necessidades educacionais especiais no nível escolar do Ensino Fundamental I.

A escola Zélia Braz é pioneira na cidade de Sumé quando o assunto é inclusão dos PNEE, possui adequação arquitetônica com rampas, sanitários e vias de acesso para atender aos alunos com deficiência ou mobilidades reduzidas, além de ser a única escola do município, até o presente momento, que possui uma sala de AEE, com recursos multifuncionais e professor especializado para o atendimento dos PNEE.

A sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi inaugurada no dia 31 de março de 2017. A sala tem uma profissional pedagoga, com especialização e capacitação em atendimento especializado e atende atualmente a 32 alunos com laudo médico. Porém, destes 32 alunos, apenas 4 estudam na escola Zélia Braz.

Por esta ser a única sala de AEE da cidade lá são atendidos também alunos com NEE oriundos de outras escolas.

Os 4 alunos da Escola Zélia Braz que são atendidos na sala do AEE, estudam no 1º, 2º e 3º ano. Estes alunos possuem laudos médicos com diagnósticos de retardo mental, autismo e deficiência física. A sala do AEE dispõe de atendimento para todas as deficiências, são recursos que auxiliam aspectos cognitivos, motores e sociais. São usados jogos, carimbos pedagógicos, números e jogos de alinhavo, bola com giz, cubo de atividades motoras, instrumentos musicais, números e letras móveis, bate martelo, jogos de equilíbrio e equipamentos em braile e libras.

4.3 CARACTERIZAÇÕES DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Nesta pesquisa participaram quatro profissionais da escola: duas professoras do segundo ano fundamental da sala regular, a professora especialista da sala do AEE e a profissional de apoio pedagógico (cuidadora) da sala regular, que atuam diretamente no cotidiano e no processo de socialização dos alunos com NEE na Escola Municipal Zélia Braz. Para preservar as identidades dos sujeitos da pesquisa, serão usados códigos para suas identificações, professoras regulares serão (A e B), professora especialista (C) e cuidadora (D).

O quadro abaixo mostra os dados dos perfis destes profissionais incluindo sua formação, e outros dados considerados relevantes para a pesquisa.

Quadro 1 - Caracterização dos profissionais participantes desta pesquisa.

PROFESSORA SALA REGULAR (A)	FEMININO	47	GRADUADA EM PEDAGOGIA COM ESPECIALIZAÇÃO EM ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	3 MESES
PROFESSORA SALA REGULAR (B)	FEMININO	25	GRADUADA EM PEDAGOGIA E TEM CURSO DE INCLUSÃO	4 MESES
PROFESSORA ESPECIALISTA DO AEE (C)	FEMININO	34	GRADUADA EM PEDAGOGIA E ESPECIALIZAÇÃO EM AEE	8 MESES
CUIDADORA (D)	FEMININO	33	GRADUADA EM QUÍMICA	4 MESES

Fonte: Construído com os dados da pesquisa..

Assim, vemos que todas as profissionais possuem nível superior de ensino e, com exceção da cuidadora, a maioria delas possui pós-graduação ou curso na área de inclusão. Chama a atenção o pouco tempo de trabalho de todas elas na escola, o que pode ser uma evidência de alta rotatividade de docentes na rede.

A segunda tabelairá mostrar o perfil do aluno com NEE, acompanhado por nós nesta pesquisa.

Quadro 2 - Caracterização do aluno com NEE em estudo na escola

SEXO	MASCULINO
IDADE	7 ANOS
LAUDO	DEFICIENTE FÍSICO
TURMA	2º ANO
TEMPO NA ESCOLA	1 ANO E 6 MESES

Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

O estudante observado é aluno do segundo ano fundamental, do turno da manhã, estuda na escola Municipal Zélia Braz, desde o ano de 2017, é do sexo masculino tem sete anos, reside em Sumée é apaixonado por futebol, possui deficiência física, motora e uma limitação visual. Na escola é acompanhado diariamente pela cuidadora, que o auxilia nas atividades na sala regular e tem atendimento na sala do AEE, com profissional especializada, por dois dias semanais na escola.

A escolha desse estudante aconteceu primeiro por ele ter o perfil que buscava para o estudo, ser um aluno com NEE e também por indicação da gestora, por se tratar de uma criança tranqüila e acessível, o que facilitaria o estudo durante o acompanhamento e as observações que seriam realizadas nos vários espaços da escola.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, traremos os dados empíricos produzidos em nossa pesquisa, assim como nossas análises sobre os mesmos. Organizamos sua apresentação e discussão de acordo com os objetivos específicos deste estudo, analisando as concepções dos profissionais participantes da pesquisa sobre a inclusão escolar e, em seguida, suas estratégias de socialização da criança com NEE que acompanhamos.

5.1 PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS SOBRE A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NEE.

Neste subtópico de análise será tratada a percepção das três profissionais da escola sobre a inclusão dos alunos com necessidades educacionais, onde serão explicitados dados e relatos da professora especialista do (AEE), das professoras regentes da sala regular e da cuidadora a partir das entrevistas realizadas com essas profissionais. Durante a realização desta pesquisa houve a substituição da professora da sala regular (A) pela professora regular (B), desse modo, não houve concomitância da atuação de ambas com a turma, mas sim alternância.

De acordo com a entrevista realizada, a professora da sala do (AEE) explicitou que a sua percepção de inclusão a princípio é a de socialização e interação conforme exemplifica o trecho:

A inclusão é que ela esteja participando de qualquer atividade né, agente fala de inclusão ele vai estar interagindo de qualquer forma como qualquer outra criança, essa aí seria a intenção da inclusão (prof.AEE).

Retomando o defendido por Batista e Mantoan (2007),

[...] é importante salientar que a ‘socialização, justificada como único objetivo da entrada desses alunos com deficiência na escola comum, especialmente para os casos mais graves, não permite essa complementação [educacional] e muito menos significa que está havendo inclusão escolar’. (BATISTA; MANTOAN, 2007, p. 27).

O que chama a atenção é o fato da socialização aparecer como objetivo central na concepção de inclusão, neste caso deixando de lado a relevância do desenvolvimento dos alunos com NEE nos aspectos cognitivo, psicomotor, dentre outros. É importante destacar que esse mesmo dado também está presente na pesquisa "A Percepção de Professores de Educação Infantil Sobre a Inclusão da Criança com Deficiência" (VITTA *et al*, 2010) onde a socialização também aparece como a prioridade da inclusão escolar, na perspectiva dos professores.

Diferente das pesquisas acima citadas, a pesquisa de Salvador (2006, p. 21) que tem como título "Processo Educacional Inclusivo: Das Discussões Teóricas à Necessidade da Prática" destaca que "As professoras vêem a realidade da inclusão como ineficaz", pelo fato de esta visar apenas a função da socialização dos alunos com NEE, e defendem ser necessário o desenvolvimento intelectual e outras dimensões do sujeito. As professoras desta pesquisa trazem à tona a realidade de muitas escolas, que inserem alunos com NEE na escola e acham que basta isso é inclusão, deixando de lado o papel da escola que é o desenvolvimento pleno das habilidades e o conhecimento desses alunos em variados aspectos.

A professora especialista de nosso estudo também traz questões sobre a importância social e os benefícios da política de inclusão realizada na escola.

[...] A política de inclusão vem trazer todo aluno para a escola né, ela não traz apenas o deficiente, ela traz qualquer aluno pra escola e quando agente trata de aluno deficiente isso é um feito muito bom, porque traz ele para o meio da sociedade, eu acho que ali na escola é onde começa a acontecer essas interações sociais, né, fora a aprendizagem. Antes, agente sabe que historicamente o aluno deficiente era excluído da sociedade, ele era escondido pela família. A partir dessas políticas de inclusão é que esses alunos tiveram oportunidades, né, de estar participando da sociedade e também a sociedade ganha quando tem essa criança né, todo mundo aprende a lidar com as diferenças" (Professora AEE)

A cuidadora também traz em sua fala semelhantes reflexões, quando afirma que a inclusão dos alunos com NEE é uma oportunidade para aqueles que antes eram excluídos, como mostra o trecho da entrevista:

[...] Entendo a inclusão, é uma forma de você acolher aquelas pessoas que não tiveram oportunidade de aprender mais e conviver no meio social com todos. (cuidadora)

A fala dessas profissionais traz um pouco do processo histórico da exclusão das pessoas com NEE e nos faz refletir a relevância da inclusão, porque durante

décadas elas foram excluídas por simplesmente não seguirem padrões impostos pela sociedade, e hoje é na escola que essas oportunidades e interações se dão de forma mais intensiva, pois ela tem o papel de receber e incluir todos os alunos, independentemente de suas limitações seja de nível físico ou cognitivo buscando contribuir com o desenvolvimento de suas habilidades e promover o respeito as diferenças, tal como postula a Declaração de Salamanca (1994, p.1) “As escolas inclusivas partem do princípio que todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de toda e qualquer dificuldade que possam ter”.

Diferentemente dos princípios da inclusão e da percepção explicitada pelos profissionais de nossa pesquisa, no estudo de Vitta (2010), "A Percepção de Professores de Educação Infantil Sobre a Inclusão da Criança com Deficiência", os professores afirmam que nem todas as crianças deficientes seriam passíveis de serem incluídas na escola regular e relatam que algumas necessidades especiais mais complexas não poderão ter êxito na escola regular. Neste caso, não haveria uma inclusão, mas sim seriam reforçados preconceitos e exclusão, destacando que não basta inserir uma criança na escola para garantir que a inclusão aconteça.

Apesar da legislação educacional e das inúmeras leis que regem a educação inclusiva e os direitos dos alunos com NEE, percebe-se que ainda há uma lacuna muito grande entre estes e a realidade escolar, na qual a maioria das escolas não se encontra preparada receber PNEE e onde encontramos profissionais mal informados e com pouca ou nenhuma formação a respeito da inclusão e de como lidar com ela na escola.

Já na concepção da professora(B), uma das regentes da sala regular nesta pesquisa, a inclusão pode contribuir com os alunos com NEE na superação de dificuldades, como mostra o trecho da entrevista: “Entendo que a criança com deficiência física ou alguma deficiência ela pode se superar ser igual a todos”(Professora B). Em seguida, também relata alguns pontos positivos e negativos da inclusão quando afirma na entrevista:

A conscientização não só do espaço escolar, mas geral, vem conscientizando as pessoas à aceitação da criança especial. E os negativos, eu acho que é dentro da escola a pouca formação, é preciso mais conhecimento até porque essas políticas, de vez em quando, vem se atualizando então agente deveria estar mas a par disso, tanto o professor como a escola em si. (Professora B)

A professora (B) da sala regular, nos traz questões pertinentes, primeiro o fato da superação, e isso nos faz refletir, essa superação numa via de mão dupla ela pode acontecer tanto com os alunos como também com os profissionais, nas interações estabelecidas na escola. Além disso, a professora nos traz uma das questões mais discutidas no processo inclusivo que é a formação dos profissionais, e todas as vezes que essa questão surge de um profissional atuante, relatam a falta de formação ou a pouca formação como declara a professora, e isso nos remete a pensar que uma grande parcela desses profissionais se sentem despreparados para receber alunos com NEE.

Assim como neste estudo, podemos ver semelhanças de dados na pesquisa de Salvador (2006), que destaca a urgência da formação continuada dos professores, devido a algumas professoras terem revelado em suas entrevistas que se sentem despreparadas quanto a compreensão do que seja o processo educacional inclusivo, o que vinha se refletindo na prática, confirmando a necessidade de formação continuada desses profissionais, que são instrumentos fundamentais para a inclusão.

É importante destacar que nesta pesquisa a professora (A) da sala regular e a professora do AEE têm cursos e especialização de inclusão ou atendimento especializado, já a cuidadora não tem nenhuma formação sobre inclusão apenas teve acesso a algumas teorias nas aulas de mestrado, mas na prática seu conhecimento se dá a partir do cotidiano e da convivência com o aluno na escola, o que muitas vezes é levado pelo senso comum.

Após compreendermos a percepção dos profissionais sobre a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, buscaremos agora compreender as práticas das profissionais participantes desta pesquisa para a socialização dos alunos com NEE, que serão abordadas a seguir. No próximo tópico, vamos falar das práticas para socialização realizadas pelas quatro profissionais participantes da pesquisa que atuam na escola: as professoras da sala regular, a cuidadora e a professora especialista da sala do AEE.

5.2 PRÁTICAS DAS PROFISSIONAIS PARA A SOCIALIZAÇÃO DE ALUNO COM NEE NA ESCOLA.

5.2.1 Professora (A)

As práticas de socialização da professora (A) foram observadas nos dias 14,15 e 16 de maio de 2018. Nestes dias, foram realizadas atividades no quadro, interpretações de textos e leituras compartilhadas. A partir das observações realizadas na sala de aula regular, percebemos que as práticas da professora (A) priorizam atividades individuais dos estudantes, em abordagem mais tradicional.

Vimos que o objetivo de suas práticas está focado em ensinar a ler e escrever, buscando desenvolver sempre o cognitivo das crianças, mas de uma forma mais individual, sem muita interação em grupo. Em uma das aulas observadas, o aluno com NEE foi mostrar a atividade realizada à professora regular e, ao ver a atividade, a professora apagou e chamou a atenção da cuidadora “tem muita palavra escrita errada” (professora A), sem nenhuma consideração adicional para com o estudante.

Foi percebido que a professora (A) tem a mesma exigência e o mesmo compromisso com a aprendizagem do aluno com NEE que, em suas práticas, talvez não haja muitas interações, mas fica claro que ela se preocupa e exige de todos os alunos a mesma atenção, buscando o desenvolvimento cognitivo de toda a turma.

Nas atividades que são realizadas na quadra por dois dias por semana, aconteceu o seguinte:

A professora (A) dividiu os meninos, a maioria deles fica de um lado da quadra e três ou quatro alunos ficam brincando com o aluno com NEE, enquanto as meninas brincam ao redor da quadra (CADERNO DE CAMPO, 14-05-2018)

Como está registrado no caderno de campo a professora (A) diz que “Nem sei se posso fazer isso, mas é melhor, pra não ser pior e ele se machucar” (PROFESSORA A). Aqui fica registrada a preocupação e as dúvidas da professora (A) a respeito sua prática, se está excluindo ou incluindo o aluno ao limitar seu espaço e colegas para interagir com ele nesse momento de socialização. Apesar da professora (A) não saber se está certa segundo a política de inclusão, percebemos

que essa prática tem dado certo para o aluno com NEE, porque ao observar o aluno em todos os espaços da escola foi percebido que o momento em que ele mais socializa e interage é esse momento, em que ele está apenas com os seus colegas de sala na quadra, onde sorrisos são arrancados, comemorações e de fato as interações acontecem. Diferentemente do que acontece no momento da recreação, no qual todos os alunos da escola estão juntos, mas não há interação com o aluno com NEE; ele tenta socializar, mas não consegue porque suas limitações físicas o impedem de acompanhar os outros colegas e ele simplesmente se isola.

5.2.2 Professora (B)

Nas práticas de socialização da professora da sala regular (B), percebemos uma organização pedagógica bastante dinâmica na sala de aula, em que ela incluiu várias atividades de jogos e em grupo, o que possibilitava maior interação entre os estudantes. Nestas atividades, sempre o estudante com NEE da pesquisa participava. O aluno com NEE junto com seus colegas fazem colagens, recortes, leituras de textos, vão ao quadro e participam de jogos didáticos usados em sala para estimular o raciocínio lógico e o equilíbrio, ou seja, eles interagem, desenvolvem seus potenciais e aprendem todos juntos, promovendo o desenvolvimento cognitivo e também a socialização, conforme podemos observar na imagem a seguir.

Imagem 1 - Alunos realizando atividade coletiva na sala regular



Fonte: Imagem capturada pela autora.

Nessa imagem, os alunos estão realizando uma atividade em grupo, o aluno com NEE e os colegas da turma estão fazendo recortes para colagens.

Na imagem 2, os alunos estão todos no fundo da sala de aula e em dupla fazem uma partida com um jogo didático que estimula o equilíbrio e o raciocínio.

Imagem 2 - Aluno com NEE participa de um jogo pedagógico com uma colega.



Fonte: Imagem capturada pela autora.

Nas aulas de educação física a professora (B) entra com os alunos na quadra e participa, garantindo que todos os alunos interajam juntos. E a imagem 3 a seguir, mostra bem isso, na qual a professora está mediando a atividade física e o aluno com NEE está participando junto com os demais alunos. Como mostra a figura abaixo.

Imagem 3 - Professora (B) com os alunos na quadra durante a educação física



Fonte: Imagem capturada pela pesquisadora.

Já durante a recreação, quando todos os alunos da escola estão juntos, percebe-se que o aluno com NEE tem dificuldades de interação, o que é confirmado na fala da professora(B) da sala regular.

[...] na recreação não consegue pegar o mesmo ritmo dos outros colegas e acaba, não sendo excluído por eles, mas assim pela deficiência dele, em não atingir o nível da brincadeira dos demais (PROFESSORA B).

De fato, durante as brincadeiras o aluno não consegue acompanhar os demais colegas e sai várias vezes deste espaço, nessa hora suas limitações físicas o impedem de fazer o que ele mais gosta, jogar futebol e suas tentativas de interação são frustradas até que ele desiste e sai.

É relevante destacar que durante a recreação a professora (B) não acompanha o aluno, mas dentre as atividades em que ela é regente o aluno participa de todas, exceto nos momentos em que ele sai da sala regular durante a aula para ser atendido pela especialista do AEE, o que será discutido no próximo tópico.

Ao observar as professoras (A) e (B), podemos perceber que, nos dias observados, as duas professoras da sala regular não realizaram em suas práticas na sala de aula dinâmicas específicas para o aluno com NEE, e não desenvolveram atividades voltadas para a deficiência que o aluno apresenta.

Mesmo com o atendimento na sala do AEE, será que a professora regente não deveria incorporar algumas atividades? Será que não seria um papel também do professor regente? Ou não seria positivo que a própria coordenação pedagógica envolvesse mais os professores regentes na preparação pedagógica deles para receberem e realizarem um trabalho pedagógico específico?

Apesar de percebermos que as práticas da professora (B) favoreceram mais a socialização do aluno com NEE, é importante destacar que as professoras (A) e (B) não realizaram, nos dias de aula observados por nós, atividades diferenciadas nas aulas, mas seguiram as mesmas práticas pedagógicas e um currículo igual para todos. No entanto, isso se justifica pelo fato de a deficiência do aluno ser física e motora, o que não interfere na sua aprendizagem e no seu desenvolvimento cognitivo. Por outro lado, no que diz respeito ao favorecimento das interações sociais, desenvolvimento de relações de solidariedade, ajuda mútua e respeito às

diferenças, as práticas pedagógicas que estimulam as atividades em grupo tendem a impulsionar estes aspectos da formação humana de modo mais rico.

5.2.3 Professora do AEE

Durante as observações do atendimento especializado realizado pela professora especialista do AEE, vimos que o atendimento ocorre em uma sala multifuncional na escola, nas terças e quartas no primeiro horário, onde podemos perceber que a professora especialista desenvolve com o aluno práticas e atividades diferentes da sala regular para complementar o seu intelecto e desenvolver suas funções motoras, como mostra a imagem a seguir:

Imagem 4 - Aluno com NEE, recebendo atendimento na sala do AEE.



Fonte: acervo da autora.

Durante o atendimento na sala do AEE são desenvolvidas atividades complementares para facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento das especificidades do aluno, tanto na sala regular, como na vida. Nestes momentos não acontecem interações do aluno com outras crianças, e ao ser questionada pelo atendimento ser individual a professora relatou:

[...] No caso específico deste aluno que é deficiente físico e não apresenta problemas de socialização, além de o tempo ser escasso, não haveria necessidade de um atendimento coletivo, como em outros casos como autismo, entre outros (Professora AEE).

Desse modo, as interações e relações que são estabelecidas neste espaço são apenas pela profissional e o aluno, visando melhora no desenvolvimento motor da criança, especialmente.

5.2.4 Cuidadora

As práticas realizadas pela cuidadora têm uma relevância muito significativa, ela acompanha o aluno com NEE na locomoção pelas dependências da escola e o auxilia no seu aprendizado, garantindo que o aluno realize com sucesso todas as atividades, tanto na sala regular, quanto na sala do AEE.

Na sala de aula regular a cuidadora auxilia o aluno nas atividades de classe, pratica com ele a leitura quando todos têm que ler algum texto indicado pela professora regente e está atenta a todo o momento às necessidades do aluno". (CADERNO DE CAMPO16/05/2018)

A profissional está sempre disponível para que o aluno realize com sucesso as atividades regulares propostas pela professora regente e, além disso, o auxilia em necessidades básicas como por exemplo ir com segurança ao banheiro. Desse modo, suas práticas vão favorecer ao aluno em diversos espaços da escola, como podemos ver nos registros a seguir do caderno de campo.

A cuidadora acompanha o aluno e o auxilia nas leituras de texto, nas atividades de quadro, em suas idas ao banheiro, em o levar e o buscar na sala do AEE, e o acompanha nas atividades físicas, ou seja, ela está presente em diversos espaços para o auxiliar e garantir que o seu desenvolvimento intelectual e social aconteçam da melhor forma possível na escola. (CADERNO DE CAMPO04/05/2018)

Para facilitar o acesso e a visibilidade do aluno em classe, a cuidadora reservou duas cadeiras que ficam na primeira fila, onde ela e o aluno sentam todos dias. A este respeito, ela afirma:

A cadeira perto do quadro é para que ele tenha uma vista privilegiada das atividades, e para que fique perto da porta pois facilita a sua entrada e saída da sala, ou seja, sua locomoção. (Cuidadora)

Quando questionada sobre em que espaço o aluno socializa mais e como ele se relaciona com os outros alunos ela diz o seguinte.

[...] Perfeitamente bem, ele é agradável a todos, tem um carisma e simpatia que conquista. A hora que ele mais interage é principalmente na recreação, que é o espaço que agente dá para que a criança, ela fazer uma forma de educação física. (Cuidadora)

Assim como na fala da cuidadora, nesta pesquisa também foi percebido que a criança é muito acessível, o que facilita bastante o seu processo de interação com os colegas, e mais uma vez é reforçada a idéia de que o espaço no qual a criança mais socializa e interage é na quadra, durante a aula de educação física, o que nos revela que durante esses momentos de interação são estabelecidas relações de carinho, solidariedade e reciprocidade.

Desse modo, percebemos que as práticas da cuidadora favorecem a socialização a locomoção e o desenvolvimento intelectual do aluno com NEE, visando o bem estar e a superação de suas limitações no âmbito escolar.

5.3 ROTINA DO ALUNO NA ESCOLA E O AEE

O aluno estudado está matriculado no segundo ano do ensino fundamental em uma escola pública do município de Sumé, no cariri da Paraíba e estuda no período da manhã. Nas segundas e sextas o aluno chega às 7h, assiste aula na sala regular e às 07h30min vai à quadra, onde é realizada a aula de educação física com duração de 40 minutos. Após a educação física, todos voltam para assistir aula na sala regular e às 9h param as atividades para a recreação que tem uma duração de 15 minutos. Após o intervalo, o aluno e os demais voltam à sala de aula regular onde permanecem até o término das aulas, às 11h15min.

Nas terças e quartas-feiras, às 7h, o aluno vai à sala de atendimento especializado (AEE), onde permanece por 50 minutos e depois volta para a sala regular. Como nos demais dias da semana, às 9h, vão para a recreação que termina às 09h15min. Em seguida, volta para a sala regular onde permanece até as 11h15min.

A rotina do aluno na escola acontece de forma organizada. Podemos perceber que o aluno com necessidades educacionais especiais assim como os demais, segue um cronograma que foi elaborado pela escola, no qual foram

estabelecidos horários e dias para a realização das atividades propostas pela escola em seus vários espaços.

Para fins de descrever para o leitor as atividades e o percurso que o aluno com NEE passa na escola ao longo do dia, segue abaixo a descrição de um dia de aula do aluno com NEE na escola.

5.3.1 Espaços e movimentos de socialização do aluno com NEE na escola

No dia 22 de maio, o aluno tem atendimento especializado no primeiro horário, às 7h, guarda a mochila na sala regular e sobe com a cuidadora para a sala do AEE. A respeito da pertinência ou não desse atendimento especializado se dar no mesmo horário da aula, vamos falar sobre isso no tópico sala do AEE.

O aluno entra na sala do AEE e senta para fazer uma atividade, um labirinto que o aluno precisa associar os objetos para saber para que eles são utilizados. Na atividade, tem um guarda chuva que fará o trajeto no labirinto até a chuva, entre outros, o labirinto tem curvas para trabalhar a função motora. O aluno faz a atividade e vai pintar os desenhos e sempre conversando com a professora. Fala que jogou futebol, que agora tem três professoras e que elas dão mais trabalho que ele. O aluno pergunta: "para quê fazer esse monte de tarefa?" E a professora responde: "para melhorar sua coordenação e escrita". A professora diz: "vamos fazer uma coisa mais difícil, uma leitura". O aluno reclama, mas começa a leitura. Ao finalizar a leitura do texto, a professora pergunta o que aconteceu no texto? O aluno responde "esqueci". Então vamos ler de novo, e faz a interpretação do texto.

A professora diz "agora vamos treinar a memória com um joguinho educativo de cartas". Ela espalha as cartas abertas para cima, para que o aluno observe e depois em 1 minuto e vira as cartas para baixo. Logo ele encontra um par de cartas iguais e comemora, "eu sou demais". Termina o atendimento e vamos de volta para a sala regular.

Ao chegar na sala tem uma atividade pra fazer, o aluno faz a atividade com o auxílio da cuidadora. Boa parte da turma está no final da sala fazendo recortes para a próxima atividade recortar as letras e formar as palavras que estão no quadro. Toda a turma está no final da sala recortando e o aluno com NEE ainda está na atividade anterior. Isso porque suas aulas no AEE são realizadas no mesmo período da aula regular.

Depois de muito tempo o aluno começa os recortes com muita dificuldade de cortar, aos poucos vai conseguindo com muita concentração. O sinal toca e os alunos vão para a recreação, o aluno vai lanchar e conversar com os amigos que estão ao seu lado. Após lanchar, ele vai para a fila com as outras crianças, onde aguardam para irem à quadra. Ao entrar na quadra o aluno fica de mãos dadas com uma colega e corre ao redor da quadra.

Durante a recreação 7 profissionais fiscalizam as atividades e neste dia não há bola na quadra. Um grupo de meninos fizeram uma bola de papel e ele observa com vontade de brincar, mas não consegue acompanhar a brincadeira e por um momento se isola. Começa a correr novamente na quadra mas sempre que tem muitas crianças na quadra ele fica nas laterais da quadra, vai ao banheiro e se isola, fica observando as crianças brincarem de longe. Mais uma vez tenta entrar na brincadeira e não consegue acompanhar o ritmo das outras crianças. Termina o recreio e volta para fazer a atividade.

O aluno com NEE, faz a colagem errada e a cuidadora pede pra ele fazer novamente. O aluno volta a fazer a atividade, mas lentamente, no seu ritmo, usar a tesoura não é uma tarefa fácil para ele. Todos os alunos terminam e o aluno não. A professora distribui os livros didáticos para fazerem a leitura de um texto.

É importante frisar que as práticas pedagógicas são iguais para todos os alunos. A professora faz a leitura e interage com os alunos perguntando sobre o texto, depois pede que os alunos escrevam a atividade do livro e respondam em casa com a ajuda do pai ou da mãe. O aluno começa a fazer a atividade e a cuidadora apaga e pede que o aluno refaça, talvez pelo problema de visão, pois mesmo sentando na primeira fila, o aluno troca algumas letras das palavras como 'o' pelo 'a', entre outras. O sinal toca e o aluno sai para ir ao encontro da sua mãe que o aguarda em frente a escola.

Percebemos que há cinco espaços de socialização que são os mais recorrentes, fizemos um recorte e categorizamos as práticas e as estratégias de socialização em cada um destes espaços. O quadro abaixo sintetiza:

Quadro 3 - Quadro geral dos espaços escolares/momentos de socialização

AULA (SALA REGULAR)	A socialização e interação do aluno com NEE acontecem naturalmente. “Ao chegar à sala quando é abraçado por seus colegas”. Participando de todas as atividades desenvolvidas pela professora com o auxílio da cuidadora. “Como, por exemplo, (...) as leituras compartilhadas, jogos didáticos, etc.” (CADERNO DE CAMPO 04/05/2018)
EDUCAÇÃO FÍSICA (QUADRA)	Sobre a orientação da professora e a cuidadora. “Joga bola, corre, interage com alguns colegas da classe,” Tem momentos em que o aluno brinca com todos, em outros brinca em uma das traves com apenas três colegas, orientados pela professora para que o aluno com NEE não se machuque. (CADERNO DE CAMPO (14/05/2018)
RECREAÇÃO (QUADRA)	Nesse momento a professora e a cuidadora estão na sala dos professores. “O aluno entra em uma fila para ter acesso à quadra, em busca de brincar e jogar bola, mas não consegue acompanhar o ritmo das outras crianças no jogo e se isola na arquibancada da quadra” (CADERNO DE CAMPO 22/05/2018)
MERENDA (PÁTIO DA ESCOLA)	“O aluno vai para a fila da merenda e aguarda a sua vez assim como as demais, brinca, corre.” (CADERNO DE CAMPO 16/05/2018)
SALA DO AEE	Na sala do AEE, o aluno socializa e interage apenas com a professora, pois seu atendimento é individual. ‘O aluno faz as atividades, conversa e sempre joga bola com a professora após o atendimento’ (CADERNO DE CAMPO 16/05/2018)

Fonte: construído com os dados da pesquisa.

5.3.1.1 Sala de Aula

Como podemos ver no quadro, quando o aluno está na sala de aula a professora (B) da sala regular inclui o aluno com NEE em todas as atividades coletivas, durante as observações pudemos ver que o aluno com NEE participa das leituras com os colegas, seguindo a orientação da professora, vimos também que a dinâmica aplicada em sala inclui o aluno, a professora usa materiais pedagógicos, como jogos didáticos, que são realizados em dupla com toda a turma e faz as atividades de colagens com todos os alunos no final da sala.

E é importante destacar que todas as atividades que o aluno realiza em sala, são orientadas pela professora e auxiliadas pela cuidadora. Apesar do aluno estar incluído em todas as atividades na sala regular, refletimos que seria muito pertinente que as professoras da sala regular incluíssem práticas e dinâmicas que

contemplassem as especificidades do aluno com NEE, dialogando com o atendimento especializado e favorecendo o desempenho cognitivo e motor do aluno.

5.3.1.2 Educação Física (Quadra)

A educação física ocorre na quadra da escola por dois dias semanais, e podemos perceber que é neste espaço e no momento dessa atividade que o aluno com NEE fica mais feliz, primeiro porque o seu sonho é ser jogador de futebol e neste momento ele pode praticar essa atividade com os colegas sem interrupções, visto que há uma quantidade pequena de crianças na quadra, o que facilita sua locomoção e desempenho no jogo.

Neste espaço, pudemos ver que as atividades também são acompanhadas pela professora da sala regular e a cuidadora. E que ambas as professoras (A) e (B) realizaram práticas diferentes, com relação ao aluno com NEE. Para a socialização do aluno na educação física, pudemos observar que a professora (A) separou o aluno com mais três colegas em uma das traves, para que ele não se machucasse e pudesse participar das atividades sem correr risco. Já a professora (B), entrou na quadra e participou diretamente das atividades junto com todas as crianças.

Apesar das diferenças dessas práticas, vimos que o aluno não demonstrou nenhuma insatisfação nesses momentos, quanto a socializar com uma pequena parte da turma ou com a turma toda. De todo modo, ressaltamos o quanto os cursos de formação continuada são relevantes para os profissionais, pois a formação ou a falta de formação podem influenciar diretamente as práticas no cotidiano da escola; neste caso, apenas uma das professoras tem formação continuada sobre a inclusão.

5.3.1.3 Recreação (Quadra)

A recreação ocorre todos os dias na escola, esse momento segundo o que foi observado, é um dos momentos mais difíceis de socialização para o aluno com NEE, aqui suas limitações motoras têm uma proporção muito grande diante das inúmeras crianças que estão no mesmo espaço, correndo, pulando, etc.

Durante todos os dias de observação neste espaço o aluno tenta interagir com as outras crianças e por motivo das suas dificuldades de locomoção não

consegue acompanhar o ritmo das outras crianças e por vezes sai da quadra e fica sentado na arquibancada, e isso é recorrente. Dito isso, infelizmente podemos compreender que o aluno neste espaço está apenas integrado. É interessante registrar que a professora do AEE ao ser perguntada sobre qual o espaço o aluno mais socializa ela diz o seguinte:

Na recreação acho é um momento que, mesmo com as limitações físicas dele, agente vê que ele interage bem. Agente observando agente vê que ele interage bem nos momentos de recreação, até porque ele gosta muito de jogar bola (PROFESSORA AEE).

Porém, nossas observações vêm mostrar o contrário, que a recreação na quadra é o momento em que o aluno não consegue socializar, visto que suas limitações motoras ficam mais visíveis e o aluno não tem nenhum apoio ou prática que favoreça a sua socialização neste espaço. Portanto, nesse espaço é percebido que, por mais que vários profissionais da escola estejam na quadra no momento da recreação, o aluno estudado fica excluído.

5.3.1.4 Merenda

Durante a merenda podemos perceber que o aluno com NEE vai para o pátio da escola e sempre brinca com alguns meninos, se abraçam, jogam com uma bolinha de papel e depois entra na fila da merenda. No período das observações, podemos perceber que ele aguarda na fila assim como todos os alunos, sem prioridade, e que nesse espaço o aluno socializa com várias crianças, meninos, meninas e também com os profissionais da escola.

Neste momento foi percebido que o aluno com NEE e as outras crianças ficam sobre o olhar dos diversos profissionais da escola, coordenadora pedagógica, secretária, diretora e auxiliares de serviço. Enquanto isso, a professora da sala regular e a cuidadora ficam na sala dos professores.

5.3.1.5 E - Sala do AEE

Durante o atendimento realizado na sala do AEE, podemos perceber que o tempo disponível para esse atendimento é limitado, são apenas cinquenta minutos

durante dois dias, em que a professora especialista aproveita o máximo para trabalhar com o aluno estudado suas deficiências específicas, especialmente trabalhando a coordenação motora.

O que nos chama a atenção neste momento é o fato do aluno ter esse atendimento no horário das aulas da sala regular, porque as políticas de inclusão estabelecem que esse atendimento deve ser realizado no contra turno. “O AEE é preferencialmente realizado no período inverso ao da classe comum freqüentada pelo aluno e na própria escola desse aluno”. (SEESP/MEC; 01/2008)

Ao ser questionada sobre o horário desse atendimento, a professora especialista informou que

[...] A família falou que não podia trazer o aluno em outro momento, então para que ele não ficasse sem atendimento, combinamos que seria esse horário (professora do AEE).

É importante deixar claro que não tivemos contato com a família do aluno para esclarecer seu posicionamento sobre essa situação. Nesse sentido, fica claro que o aluno perde explicação do conteúdo e fica muito atrasado com relação aos outros alunos da classe.

Neste caso, como a política de inclusão estabelece que seja direito da criança ser atendida no contra turno e a família não tem condições, o Estado deveria suprir essas condições e garantir a política de inclusão como direito do cidadão, para atender essa criança. Ver qual medida e quais suportes a família precisa, porque neste caso, fica claro que o aluno não está sendo plenamente atendido no seu direito.

Além disto, chamou a atenção a realização de algumas atividades de leitura e interpretação de texto serem realizadas no tempo de Atendimento Educacional Especial, uma vez que atividades deste tipo não contemplam o trabalho com a deficiência do aluno atendido. No dia relatado de observação, ao chegar na turma regular, os colegas estavam fazendo atividade de recorte e colagem, o que desafia o aluno participante da pesquisa em desenvolver suas habilidades motoras e destreza manual. Estes constituiriam, a nosso ver, em atividades pertinentes de sempre serem trabalhadas na sala de AEE, e frequentemente o eram. Em outras observações, desafios com bolas de papel, uso da tesoura e outros foram realizados

no AEE, aproveitando o pouco tempo com o aluno de forma bem direcionada para o atendimento à sua necessidade educacional especial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão das pessoas com necessidades especiais na escola regular representa o avanço do sistema educacional, buscando oferecer uma escola de qualidade para todos sem distinção, respeitando a diversidade, estimulando os alunos a aprenderem com as diferenças, visando a democracia e a prática da cidadania.

Diante desse cenário da educação inclusiva, a pesquisa realizada na escola Municipal Zélia Braz a respeito do tema “Socialização de Crianças com Necessidades Especiais na Escola: um estudo de caso no cariri paraibano” teve como objetivo geral analisar as estratégias de socialização desenvolvidas pelos profissionais da Escola no município de Sumé - PB.

De modo específico, procuramos identificar as concepções de inclusão dos profissionais envolvidos no acompanhamento de crianças com NEE (professor regular, especialista e cuidador), analisar as estratégias do professor regente da classe regular para a inclusão das crianças nas atividades de classe, discutir o papel do cuidador na socialização das crianças com NEE e identificar as estratégias de socialização desenvolvidas pela profissional especializada no AEE.

A respeito das concepções dos profissionais envolvidos no acompanhamento de crianças com NEE sobre a inclusão, podemos verificar que segundo os profissionais a inclusão tem um papel humanístico mais geral do que especificamente educacional, onde a inclusão está mais relacionada com as possibilidades de relações e interações sociais do que as possibilidades no desenvolvimento cognitivo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, a importância da socialização como convívio social é enfatizada pelas profissionais participantes da pesquisa, embora, para alguns autores, a efetiva socialização no âmbito escolar só pode ser considerada mais plena e efetivamente se ocorrer em conjunto com a ampliação cultural e cognitiva da pessoa com NEE.

Quanto às estratégias da professora regente da classe regular para a inclusão da criança com NEE nas atividades de classe, vimos que as principais estratégias que potencializaram a socialização foram as atividades desenvolvidas na sala regular com exercícios, jogos didáticos, leituras e dinâmicas propostas em grupo e foi percebido que as limitações de socialização ocorreram quando as práticas centraram-se em atividades individuais.

Pudemos também notar que as professoras regulares não realizaram atividades individuais com o aluno com necessidade educacional que contemplem as suas especificidades, nos revelando que há uma necessidade de adequação em suas práticas para favorecer o desenvolvimento e a diversidade dos alunos. No entanto, algumas atividades desenvolvidas em classe, com todos os alunos, também contribuíam para o desenvolvimento específico das habilidades motoras dos estudantes, tais como tarefas de recorte e colagem, o que favorecia e desafiava o aluno com NEE em sua realização.

A respeito do papel do cuidador na socialização das crianças com NEE, vimos que é de suma importância o acompanhamento realizado por esse profissional que oferece para o aluno com NEE o apoio pedagógico específico e individual na realização das atividades de cunho cognitivo, além do acompanhamento na locomoção do aluno para qualquer fim dentro da escola. Desse modo, vimos que o cuidador desenvolve um papel relevante no apoio a socialização dos alunos com NEE e fica clara a falta e a necessidade desses profissionais de receberem formações e capacitações a respeito da inclusão e das estratégias possíveis de serem desenvolvidas com os alunos no cotidiano da escola.

Quanto às estratégias de socialização desenvolvidas pela profissional do AEE vimos que as estratégias realizadas pela especialista no atendimento têm o objetivo, de modo geral, de trabalhar as limitações específicas, motoras do aluno com NEE, para que ele tenha um melhor desempenho nas práticas de socialização e na vida. Durante o atendimento na sala do AEE, pudemos constatar que há limitações no que tange a socialização, pois o atendimento é individual, o tempo é limitado e as relações sociais que são estabelecidas são apenas entre o aluno e a profissional.

Analisar a socialização dessa criança na escola nos traz a experiência e a contribuição de conhecimentos a sociedade mostrando o papel dos diferentes sujeitos educativos presentes na escola na socialização das crianças com NEE, onde o estudo com a criança analisada é um recorte dentro de um conjunto amplo de crianças com Necessidades Educacionais Especiais, e diante disso, novas questões de pesquisa surgem sobre o tema, o que demandaria a ampliação deste estudo, seu aprofundamento e mesmo a realização de novas investigações que refletissem, por exemplo, sobre: Qual é o papel da escola na Inclusão? Qual a relação da escola com a família? E as crianças com outros tipos de necessidades educacionais, como ocorre o processo de sua socialização na escola inclusiva?

Esta pesquisa limitou-se a analisar as estratégias de socialização desenvolvidas pelos profissionais da escola Zélia Braz no município de Sumé-PB, e consideramos que o resultado das análises foram suficientes para atingir os objetivos.

Apesar dos desafios que a inclusão traz, os profissionais da escola vêm se empenhando cada dia mais para que os alunos necessidades educacionais especiais estejam inseridos em um ambiente que fortaleça os vínculos com outras crianças, culturas diferentes, a própria escola como uma instituição que tem regras e valores, contribui para que essas crianças se adaptem, influenciando o seu comportamento no meio em que elas vivem e contribuindo para a interação e sociabilidade entre eles.

REFERÊNCIAS

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**. v.2, n.1, 2005, p. 68-80.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília. FAE, 1989.

BRASIL. Ministério da educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9. 394,20** de dezembro de 1996.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educacionais Especiais, Salamanca-Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em: set 2018.

LOPES, Esther; MARQUEZINE, Maria Cristina. Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 3, p. 487-506, 2012.

MANTOAN, M. T. E, **Sobre o especial na e o especial da educação – breves considerações - Ensaios Pedagógicos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

MANTOAN, M. É. **Caminhos pedagógicos da inclusão**, Educação On-Line, Artigo publicado em 28.11.2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. **Nova Escola**, maio de 2005.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro;1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

PARASURAMAN, A. **Marketing research**, 2ª ed. New York: Addison-Wesley Publishing Company, 1991.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **Brinquedo e Infância**: Um guia para pais e educadores em creche. Petrópolis: Vozes, 2009.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão**: Construindo Um a Sociedade Para Todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

VIEIRA, S. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VITTA, Fabiana Cristina Frigieride; VITTA, Alberto de; MONTEIRO, Alexandra S.R. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. **Rev. bras. educ. espec.** [online]. vol.16, n.3, 2010.

XAVIER, Alexandre Guedes Pereira. Ética, técnica e política: a competência docente naproposta inclusiva. **Revista Integração**. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Ano 14. Edição n.º 24/2002.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO CURSO DE
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Convido o(a) Sr.(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa **SOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA**: um estudo de caso no Cariri Paraibano, desenvolvida pela pesquisadora graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Elisane de Paula Feitosa de Melo, sob orientação da professora Carolina Figueiredo de Sá, responsável pelo estudo. Endereço: Rua Luiz Grande, S/N, Frei Damião, Sumé, Paraíba - CEP 58540-000 Tel. (83) 3353-1850 (83) 998.064.063. E-mail: carolina.fsa2013@gmail.com

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida, quanto aos aspectos éticos, você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UFCG no endereço: (Rua Dr. Carlos Chagas, s/ nº, edifício do Hospital Universitário Alcides Carneiro. Bairro São José, Campina Grande–PB. CEP: 58401-490. Tel.: (83) 2101-5545. Email: cep@huac.ufcg.edu.br).

1) Introdução

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa sobre: **SOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA**: um estudo de caso no Cariri Paraibano. Esta pesquisa gerará um relatório na forma de Trabalho de Conclusão de Curso da estudante-pesquisadora Elisane de Paula Feitosa de Melo, como requisito obrigatório para a conclusão de sua graduação. Se

decidir participar dela, é importante que leia estas informações sobre a mesma e o seu papel enquanto participante nesta pesquisa.

A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, deverá notificar ao pesquisador que o esteja atendendo. É preciso entender a natureza e os riscos da sua participação e dar o seu consentimento livre e esclarecido por escrito.

2) Objetivo

Investigar o processo de socialização de crianças com Necessidades Educacionais Especiais em escola do Cariri Paraibano.

A finalidade deste trabalho é a de contribuir com a produção de conhecimentos sobre o papel mediador dos diferentes sujeitos educativos presentes na escola (professores, especialistas, profissional de apoio pedagógico), na socialização das crianças portadoras de NEE.

3) Procedimentos do Estudo

Se concordar em participar deste estudo você será solicitado (a) a responder uma entrevista semiestruturada sobre o seu trabalho cotidiano com crianças portadoras de NEE, as estratégias que desenvolve para favorecer a socialização das mesmas, seus limites e possibilidades. Eventualmente, poderá ser observado(a) em sua sala de aula, para maior compreensão do pesquisador sobre o processo de socialização das crianças no contexto escolar. As entrevistas deverão ser gravadas, para o que solicita-se sua autorização, assim como é necessária também sua autorização para que os resultados deste estudo possam ser apresentados em eventos da área de educação e publicações em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, assim como em qualquer apresentação pública da pesquisa, seu nome será mantido em sigilo.

4) Riscos e desconfortos

A pesquisa poderá gerar aos participantes certo desconforto no momento da observação das aulas e realização das entrevistas. Como forma de minimizar o desconforto será sempre explicitado o que estará sendo diretamente observado deixando claro que não é intenção do pesquisador avaliar o seu desempenho enquanto professor/educador.

5) Benefícios e ações de rotina

O conhecimento que você adquirir a partir da sua participação na pesquisa poderá beneficiá-lo com informações e orientações futuras em relação ao seu trabalho. Além disso, você terá acesso a todo produto resultante da pesquisa.

6) Custos/Reembolso

Sua participação no estudo não acarretará nenhum gasto para você. Todos os procedimentos desse estudo serão gratuitos. Informamos que também você não receberá pagamento pela sua participação.

7) Caráter Confidencial dos Registros

As informações obtidas a partir de sua participação neste estudo serão confidenciais. Você não será identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. A gravação ficará de posse da pesquisadora responsável **no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, na Rua Luiz Grande, S/N, Frei Damião, Sumé, Paraíba - CEP 58540-000. Tel.: (83) 3353-1850.**

8) Para obter informações adicionais

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador orientador, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Qualquer dúvida entrar em contato com a professora **Carolina Figueiredo de Sá - (83) 998.064.063-carolina.fsa2013@gmail.com.**

9) Declaração de consentimento

Li ou alguém leu para mim as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que tive tempo suficiente para ler e entender as informações acima. Declaro também que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas.

Confirmo também que recebi uma cópia deste formulário de consentimento. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade e sem reservas, para participar como voluntário, deste estudo.

Nome do participante (em letra de forma):

Assinatura do participante:

Data: _____

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objetivo deste estudo, os possíveis riscos e benefícios da participação no mesmo, junto ao participante. Tenho bastante clareza que o participante recebeu todas as informações necessárias, que foram fornecidas em uma linguagem adequada e compreensível e que ele/ela compreendeu essa explicação.

Assinatura do pesquisador.

Data: _____

Testemunhas:

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO INICIAL-GESTÃO ESCOLAR

DADOS GERAIS

- ✓ NOME DA INSTITUIÇÃO
 - ✓ NOME DO GESTOR
 - ✓ ABRANGENCIA (NÍVEIS ESCOLARES)
 - ✓ NÚMERO DE ALUNOS (A)
 - ✓ NÚMERO DE PROFESSORES
-
- **SALA DO AEE**
 - ✓ QUANTOS PROFISSIONAIS POSSUEM?
 - ✓ QUAL A QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS?
 - ✓ QUAL A DATA DA INAUGURAÇÃO DA SALA?
 - ✓ QUAL O NÚMERO DE ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS COM LAUDO?
 - ✓ QUANTOS ALUNOS DA ESCOLA SÃO ATENDIDOS?
 - ✓ EM QUAIS SERIES ESTÃO MATRICULADOS?
 - ✓ QUAIS SÃO AS DEFICIÊNCIAS QUE PORTAM?
 - ✓ QUANTAS CRIANÇAS DE FORA DA ESCOLA SÃO ATENDIDAS?
 - ✓ QUANTOS CUIDADORES A ESCOLA POSSUI PARA ACOMPANHAR ESSAS CRIANÇAS NAS CLASSES REGULARES?
 - ✓ HÁ FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFESSORES E CUIDADORES A RESPEITO DA INCLUSÃO?
 - ✓ QUAIS OS RECURSOS OS RECURSOS DISPONÍVEIS NA SALA DE AEE?
 - ✓ A SALA DO AEE DISPÕE DE ATENDIMENTO PARA QUAIS TIPOS DE DEFICIÊNCIA?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PARTE 1 - SOBRE A PROFISSIONAL, SUAS EXPERIÊNCIAS E FORMAÇÃO

- * VOCÊ JÁ TINHA TRABALHADO ALGUMA VEZ COM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA? CASO SIM, COMO FORAM SUAS EXPERIÊNCIAS ANTERIORES?
- * VOCÊ JÁ REALIZOU ALGUM CURSO OU FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR? QUAL/QUAIS?
- * COMO AVALIA SUA PREPARAÇÃO PROFISSIONAL PARA ATUAR COM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA?

PARTE 2 - SOBRE A SOCIALIZAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA

- * HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ CONHECE E TRABALHA DIRETAMENTE COM O ALUNO QUE ESTAMOS ACOMPANHANDO NESTA PESQUISA?
- * FALE UM POUCO DO QUE VOCÊ SABE SOBRE QUANDO O ALUNO CHEGOU À ESCOLA, COMO FOI SEU PROCESSO DE ADAPTAÇÃO?
- * QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO ALUNO EM SEU PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO INICIAL NA ESCOLA?
- * E HOJE EM DIA, QUAIS DIFICULDADES VOCÊ ACHA QUE AINDA PERSISTEM? QUAIS VOCÊ CONSIDERA QUE FORAM SUPERADAS?
- * QUAIS ESTRATÉGIAS REALIZADAS NA ESCOLA FORAM IMPORTANTES PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA NESTE ESPAÇO?
- * COMO O ALUNO SE RELACIONA COM AS OUTRAS CRIANÇAS? EM QUE MOMENTOS E EM QUE ESPAÇOS VOCE ACHA QUE A SUA SOCIALIZAÇÃO NA ESCOLA É MAIS FAVORECIDA?

* VOCÊ ACHA QUE O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO NA ESCOLA CONTRIBUIU OU TEM CONTRIBUÍDO PARA O SEU DESENVOLVIMENTO? DE QUE MANEIRA?

* EM SUA OPINIÃO, ALGO MAIS PODERIA SER FEITO, ALÉM DO QUE JÁ É REALIZADO NA ESCOLA? O QUÊ?

* EM SUA OPINIÃO, A CRIANÇA SE SENTE ACOLHIDA NA ESCOLA?

* EM FUNÇÃO DA DEFICIÊNCIA, VOCÊ PERCEBE ALGUM TIPO DE PRECONCEITO SOCIAL POR PARTE DE OUTRAS CRIANÇAS, PROFISSIONAIS DA ESCOLA OU PAIS E MÃES DE ALUNOS? CASO SIM, COMO A ESCOLA TEM ENFRENTADO TAIS SITUAÇÕES?

* VOCÊ OBSERVA SE HÁ PRÁTICAS ESCOLARES EM QUE O ALUNO DEIXA DE PARTICIPAR, EM FUNÇÃO DA SUA DEFICIÊNCIA? CASO SIM, COMO A CRIANÇA REAGE À ESSAS SITUAÇÕES?

PARTE 3 - SOBRE A INCLUSÃO DE PNEE NA ESCOLA

* ATUALMENTE QUAIS ASPECTOS VOCÊ CONSIDERA POSITIVOS E NEGATIVOS NA POLÍTICA DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA?

* O QUE PODERIA SER MELHORADO PARA INCLUSÃO DOS PNEE?

O QUE VOCÊ ENTENDE POR INCLUSÃO DOS PNEE NA ESCOLA?

QUAL A RELEVANCIA DA ESCOLA ZÉLIA BRAZ, ENQUANTO ESPAÇO INCLUSIVO?

VOCÊ ACHA QUE NA ESCOLA ZÉLIA BRAZ, OS OBJETIVOS DA INCLUSÃO DOS ALUNOS PNEE TEM SIDO ALCANÇADOS?